



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: SONAIRA FERNANDES

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 17 de outubro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Falha na transmissão

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Boa noite, boa noite a todos presentes nesta audiência pública.

Daremos início à 10ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes de 2025 e o tema hoje será a inclusão escolar. Ouviremos pais, mães, responsáveis e entidades sindicais, que são especialistas nesse assunto que é um dos principais da rede municipal e um problema gravíssimo vivenciado.

Faremos a abertura da audiência e todos os presentes terão direito à fala, poderão colocar a sua visão e trazer a sua contribuição. Através desta audiência pública, encaminharemos ações para cobrar a Prefeitura de São Paulo e, para que o próprio Parlamento, através da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, proponha medidas para que façamos um enfrentamento adequado por meio dessa política pública que a Prefeitura deve. E não é por falta de orçamento na cidade de São Paulo, pois há recursos para isso. Acho que falta vontade política para resolvermos um dos graves problemas que há na rede municipal.

Dando início formal à 10ª Audiência Pública da Comissão de Educação, Cultura e Esportes de 2025, na qualidade de membro da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 10ª Audiência Pública do ano de 2025, convocada para hoje, 17 de outubro de 2025, com o tema “Desafios e Caminhos para a Educação Inclusiva na Rede Pública: Políticas, Práticas e Garantias de Direito”, nos termos do requerimento EDUC nº 07/2025 de minha autoria.

Informo que esta reunião está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. As inscrições para a participação por videoconferência na audiência pública puderam ser efetuadas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 23 de setembro e estão abertas, a partir de agora, para participação presencial com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá em torno de três minutos para se manifestar. Peço a todos os membros e participantes que desliguem os microfones quando não estiverem fazendo uso da palavra.

Foram convidados para esta audiência a Secretaria Municipal de Educação,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 2 DE 50

notadamente o Grupo de Coordenação de Educação Especial, com a presença confirmada das Sras. Márcia Andréa Bonifácio da Costa Oliveira, Luciana Xavier Ferreira e Marineusa Medeiros da Silva, todas de forma *on-line*; Núcleo de Apoio e Acompanhamento para Aprendizagem (NAAPA) da Rede Municipal de Ensino, que não está *on-line* ainda; Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI); Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência; Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do estado de São Paulo (Geduc); o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD); Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas (Abraça), com presença confirmada do William de Jesus Silva, que está presente aqui – bem-vindo, William –; Instituto Jô Clemente; Centro TEA Dra. Marina Magro Beringhs Martinez; União Nacional dos Conselhos Municipais da Educação; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo (APAE); Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo (Aprofem); Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (Sindsep); Sindicato dos Especialistas de Educação do Ensino Público Municipal de São Paulo (Sinesp), com presença confirmada da Letícia Grisólio Dias, Vice-Presidente do Sinesp, que convido para compor a Mesa conosco; Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem); Sindicato dos Trabalhadores nas Unidades de Educação Infantil da Rede Direta do Município de São Paulo (Sedin), representado pela Renata Caires, que convido, também, para compor a Mesa conosco; Conselho Mirim, Conselho de Inclusão do nosso mandato desta Câmara Municipal.

Há algumas pessoas inscritas também pelo *site*. Fernanda de Jesus Ávila está *on-line*? Depois vamos chamando as pessoas inscritas pelo *site*. Queria anunciar, também, a presença da Claudia D'Alevedo, representando o gabinete do nobre Vereador Eliseu Gabriel.

Foram convidados também - e daqui a pouco estarão presentes - o Professor Deputado Carlos Giannazi, que está em votação na Assembleia Legislativa e é Diretor de escola municipal, conhece essa realidade muito bem e de perto e faz esse debate trazendo os problemas que há na rede estadual também. Na rede estadual, a inclusão é um tema proibido de se falar pelo Governo estadual, então ele trará a contribuição acerca da falta de política

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 3 DE 50

fls. 8

estadual.

Também teremos a presença da Professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante, Professora e Supervisora da rede municipal e membro titular do grupo da Comissão que analisa o Plano Nacional de Educação. Ela vem para ouvir as demandas, fazer as proposições e, como membro do grupo do PNE, levar as demandas que discutiremos para inclusão no Plano Nacional de Educação, para que isso seja, de fato, uma política pública.

Gostaria, também, de informar que a Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal, a nobre Vereadora Sonaira Fernandes não pôde estar presente por um compromisso já antecipadamente agendado, razão pela qual presidirei esta sessão.

Antes de começarmos, quero pedir para a assessoria passar – as pessoas inscritas, todo mundo que está aqui falará – apenas gostaria de dizer, para partirmos de um ponto inicial e discutirmos a política pública, que visitamos muitas escolas municipais e uma das maiores queixas, as entidades sindicais poderão falar sobre isso, é a falta da inclusão escolar.

É um problema grave. O número de crianças que chega à rede municipal é um número que tem crescido ano após ano, e a Prefeitura de São Paulo, infelizmente, não acompanha esse número de crianças com deficiência por meio de políticas públicas na questão de pessoal, na questão de formação, na questão estrutural das nossas escolas municipais. São números alarmantes.

Então devemos entender um pouco sobre isso, ouvir as pessoas que estão aqui ou de forma *on-line* para que haja um diagnóstico mais preciso sobre esse tema. Não sei se sairemos daqui com todas as ações, mas esta é uma das audiências públicas que pretendemos fazer. É um debate necessário – urgente e necessário – que precisamos fazer para discutirmos efetivamente a política pública e sabermos o motivo pelo qual não há o investimento nessa área do jeito que precisa haver.

A cidade de São Paulo vive um caos na inclusão escolar – na verdade, vivemos um caos na acessibilidade. São Paulo não é uma cidade acessível, essa é a grande realidade. E

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 4 DE 50

fls. 9

quando vamos falar, partimos de números, de dados concretos. O pessoal do jurídico – a Dra. Ana – preparou um material simples, mas que traz dados muito importantes para que, a partir daí, comecemos a fazer esse debate e enfrentamento.

Então se a assessoria puder colocar essa pequena apresentação sobre alguns números que traremos, para que as pessoas que estão nos acompanhando tenham as fontes das quais surgiram os números trazidos para esta audiência pública, isso ajudará muito. Ainda, gostaria muito que algum representante da Secretaria Municipal de Educação estivesse presente – infelizmente, não está – porque é uma política séria, com a qual não está havendo o compromisso e a responsabilidade do Prefeito Ricardo Nunes na cidade de São Paulo. Então falta coragem, falta interesse político do Prefeito Ricardo Nunes para enfrentar um problema grave – repito, muito grave – na rede municipal.

Então, se puderem passar para nós, por gentileza.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – O que vemos no quadro é essa evolução nacional de matrículas em Educação Especial. Então acompanhamos o salto, de 2018 para 2023, de quase 50% do número de matrículas na Educação Especial. Fala-se que esse salto não foi acompanhado pela ampliação proporcional da estrutura, da formação docente e dos serviços de apoio, tudo isso que estamos falando.

Então esse aumento, essa curva, essa reta, era de 1.181.000 e passou para 1.771.000, então, quase 50% de aumento no número de matrículas na Educação Especial, e não houve a contrapartida. Isto é, estrutura, formação docente, serviço de apoio, em nada disso a Prefeitura de São Paulo colocou recurso público para que acompanhássemos essa evolução no número de matrículas.

Em 2009, apenas 60% dos alunos de Educação Especial estavam em classes comuns. Esse é outro debate que temos que fazer, porque já passamos da fase de as crianças com deficiências estarem em salas separadas. As políticas públicas encaminhadas, a Lei Brasileira de Inclusão e tudo o mais, avançaram para um ponto em que as crianças, para terem

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 5 DE 50

inclusão de verdade, precisam estar em salas comuns.

Esse índice chegou a 91%, segundo o Instituto Rodrigo Mendes. Saímos daquela política da segregação e viemos para uma política da inclusão de verdade, com as crianças participando em salas de aula.

Há uma grande distância entre matrícula e efetiva inclusão pedagógica. Por quê? Porque as matrículas aumentam, o número de crianças por sala de aula aumenta e, muitas das vezes, as profissionais da Educação Infantil ficam sobrecarregadas – todos os profissionais: os professores, o quadro de apoio, todos ficam sobrecarregados. Há quatro, cinco, seis crianças em uma sala de aula com uma professora apenas. Às vezes, não há nem o AVE, isto é, o estagiário para dar suporte. Não há, também, esse acolhimento, uma rede de apoio suficiente e necessária para que haja o acolhimento dessas crianças com deficiência.

Próxima, por favor.

O Painel da Educação Inclusiva, do Instituto Rodrigo Mendes, fala em cerca de 45 mil estudantes com deficiência e elenca os tipos: intelectual, 53,7%; transtorno do espectro autista, quase 36%; e deficiência física, 9,2%. Faltam dados para nós, na cidade de São Paulo, para entendermos a evolução dos números e sabermos se está havendo, mesmo, o enfrentamento ou não por meio de política pública. Então há uma fragilidade de transparência e monitoramento da política da Educação Especial no município de São Paulo. Isso é fato. Isso é concreto.

Próxima, por favor.

Estou vendo que chegou o Professor e Deputado Carlos Giannazi. Gostaria de convidá-lo para compor a Mesa conosco também. Bem-vindo, Deputado. (Palmas)

Como eu disse, o Deputado trará contribuições tanto da rede municipal quanto da rede estadual, pois há um problema gravíssimo que estamos vivendo no Governo do Estado, na rede estadual. Então ele trará os problemas que conhece muito bem da rede municipal e, também, falará um pouco da rede estadual e dos enfrentamentos que estão acontecendo na Assembleia Legislativa.

Próxima.

Dados do Censo Escolar, feito pelo Instituto Rodrigo Mendes, revelam que 45% das escolas da cidade de São Paulo não têm qualquer recurso de acessibilidade. Quase metade das escolas municipais não têm nenhum recurso de acessibilidade, como rampas, banheiros adaptados, sinalização tátil ou sonora. Então muitas vezes as salas são no segundo andar, terceiro andar e não há elevador. A criança fica segregada no térreo da escola, há uma sala especial ali que as crianças descem para fazer aula com a criança que tem dificuldade ou deficiência na acessibilidade. É grave, muito grave isso. Mesmo entre as escolas com algum nível de adaptação, os recursos são parciais, menos de 5% possuem elevador ou piso tátil, é grave, na cidade de São Paulo. Repito, nós estamos falando da cidade de São Paulo. Falta o investimento na infraestrutura inclusiva.

Nós temos, segundo o censo do Inep, em torno de 41 mil estudantes com deficiência na rede municipal. E segundo a legislação, teríamos um AVE para cada estudante, e segundo esse cálculo, seriam necessários 6.834 profissionais. O déficit, portanto, é de aproximadamente 4 mil AVEs. Há um déficit de 4 mil AVEs na cidade de São Paulo. Temos um dado da Prefeitura de São Paulo, em 2025, informando que o número de AVEs é de 2.808. E segundo o dado do censo, deveríamos ter 6.834. Então temos apenas 41% da cobertura da demanda.

Então a gente precisa urgente, mas urgente, fazer não só a contratação do AVE, o AVE é um dos pontos, a gente tem que ter AVE, estagiário, o quadro de apoio, mais profissionais, mais professores. Então há um conjunto de recursos humanos para serem contratados, formação também para todos os participantes, para que a gente tenha de fato a inclusão escolar. Então está muito longe, muito longe da cobertura ideal.

Formação continuada. No Brasil, apenas 6% dos professores têm formação específica em educação especial. Então falta um plano permanente estruturado de capacitação também, é um problema a ser visto. E lá no final a gente coloca: é essencial que o próximo PPA que chegou à Câmara Municipal, e que a LOA, que chegou aqui também, que a gente está discutindo, que tenham previsão de programas e indicadores mensuráveis de inclusão, que a

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 7 DE 50

gente faça o debate e que coloque no orçamento da cidade recursos públicos na educação, voltados à inclusão escolar, porque não adianta a gente discutir, trazer os problemas, filosofar acerca desse problema se não houver o recurso público no orçamento. A política pública se faz com o orçamento público lá na ponta. Sem ele a gente não anda, não caminha, não progride nessa política pública.

Então são alguns dados, depois a gente passa essa apresentação, de onde nós retiramos esses dados. A gente parte desses dados concretos para que se possa fazer essa discussão.

Vou abrir para a gente também ouvir as pessoas com as suas contribuições, para fazer esse debate. Eu gostaria de chamar quem está de forma *on-line*, algum representante da Secretaria Municipal de Educação. Ou a Sra. Márcia, Sra. Luciana, Sra. Marineusa, não sei se elas estão nos ouvindo.

Então vou chamar um presencial e um *on-line*, para que a gente possa fazer essa oitiva. Vou passar a palavra para a Letícia, do Sinesp, para que faça a sua saudação inicial, e tem um tempo também para fazer breves relatos. Vamos pedir, para que todos possam ser ouvidos, as pessoas de forma *on-line*, a gente limitar o tempo em quatro, cinco minutos para cada pessoa, para que a gente consiga ouvir todos os presentes.

A SRA. LETÍCIA GRISÓLIO DIAS - Boa noite a todas as pessoas presentes e também as que nos acompanham *on-line*. Eu trago, para que a gente possa discutir, elementos de denúncia em relação à política posta hoje no município de São Paulo pela rede municipal de Educação.

Nós tivemos, este ano, a publicação da Instrução Normativa nº 14, em fevereiro de 2025, que traz como deve ser o atendimento educacional especializado na rede municipal. E gostaria de destacar, representando o Sinesp, os gestores e gestoras educacionais, em específico, como trazido na instrução normativa, as competências ao diretor de escola para que esse atendimento educacional especializado seja realmente desenvolvido.

E ao diretor de escola cabe assegurar as condições necessárias para a plena

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 13

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 8 DE 50

participação dos estudantes com deficiência até altas habilidades ou superdotação, em todas as atividades educacionais. E o Vereador Celso trouxe o panorama da cidade, como nós temos vivido a educação inclusiva nas nossas unidades, com as carências, com as ausências, sejam carências em recursos financeiros, sejam as carências e, às vezes, total ausência de profissionais, recursos humanos em quantidade para esse atendimento educacional especializado, com a qualidade da qual as nossas crianças, nossos estudantes, merecem ter atendidas as suas necessidades.

E ainda traz mais um item que eu gostaria de destacar para vocês. Ao diretor de escola cabe organizar o funcionamento da unidade educacional de modo a atender a demanda e os aspectos relativos à acessibilidade do público da educação especial, tanto de ordem administrativa, como pedagógica. Como é que se administra uma unidade sem esses recursos? Como é que se garante ao estudante com deficiência física, com alguma situação de mobilidade reduzida, acesso a todos os espaços da unidade, de modo que a gente entenda que espaço é currículo.

Portanto, nós deixamos de atender os direitos de muitos estudantes quando não temos uma escola com acessibilidade, e uma acessibilidade que passe para além das questões das barreiras arquitetônicas. Nós temos unidades que não possuem intérpretes de libras. Nós temos unidades que não têm os materiais para o atendimento pedagógico aos estudantes com cegueira, com baixa visão. Nós não temos profissionais em quantidade para atender os CEIs, que são centros de educação infantil, que, para 2026, a Secretaria Municipal de Educação reduziu o módulo do quadro de apoio. Onde já havia carência hoje, ou melhor, para 2026, haverá total ausência para os cuidados.

E não basta dizer que a educação infantil tem ali atrelada, e minha colega Renata vai poder dizer muito mais do que eu, a questão do educar e o cuidar. Mas é necessário que quando temos ali uma criança, um bebê que necessita de um cuidado maior para garantir a sua segurança física, sua alimentação, seu cuidado, eu preciso de profissionais. E a Secretaria Municipal de Educação, o que tem feito? Reduzido. Reduziu, em 2025, também a quantidade de

contratos de estagiários.

E eu não estou aqui para dizer que estagiário é a solução para os nossos desafios. Eu não gosto nem de dizer dos nossos problemas para que a gente não passe uma imagem de que as crianças com deficiência, com TEA, são os problemas das nossas escolas. Não são, são os desafios postos, assim como nós temos inúmeros outros desafios, com as vulnerabilidades econômicas, sociais, a falta de segurança, a insegurança alimentar que nós temos para tantas crianças, para tantas famílias. Então os desafios estão postos e é uma pena que a Secretária Municipal de Educação não esteja olhando com o cuidado devido.

Mas para as redes sociais, vai dizer que tem um programa de educação inclusiva que funciona. E eu digo que só tem funcionado porque não falta esforço daqueles que estão lá trabalhando diariamente. E quem são eles? Servidores públicos de carreira. Então não tem como vir para uma audiência pública e não fazer a defesa por esses servidores, que independente das condições, que hoje estão bem difíceis, estão tentando fazer o seu melhor com aquilo que lhes é oferecido. Pelo respeito, pelo atendimento e pelo compromisso e profissionalismo na realização de seu trabalho como servidor público de carreira. Então que façamos a defesa por esses servidores.

Hoje nós temos posto um programa de atendimento às crianças com deficiência que tem sido ofertado pela rede terceirizada, que são as organizações sociais. E nós fazemos também a defesa para que tenhamos profissionais dentro das unidades, que sejam todos servidores, que não atendam contratos ou empresas, que estejam lá para a realização de políticas públicas que não estejam apenas escritas em instruções normativas. Mas que se concretizem num atendimento educacional especializado com a qualidade que todos os nossos estudantes, todos os nossos bebês, crianças merecem.

E é para isso que nós estamos aqui, para fazer essa denúncia e somar forças, porque a gente entende que esta Casa tem um papel muito importante, que é o de monitorar, de acompanhar, de fiscalizar e de cobrar que essas políticas públicas sejam realmente implementadas e desenvolvidas.

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 10 DE 50

Obrigada, Celso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Letícia. Muito importante o seu relato, o seu depoimento, e parabenizar pela luta que vocês têm em defesa da educação, dos profissionais e da inclusão escolar também, que vocês fazem muito bem.

Deixa eu fazer uma inversão, passar agora para a Marisa da Silva Souza, que é mãe. Vive as duas condições, é professora da rede municipal e é mãe de uma criança com deficiência. É muito importante ouvir o relato da Marisa, porque a gente vai entendendo um pouco, Marisa, como a Prefeitura de São Paulo, esta administração do Prefeito Ricardo Nunes, olha para as profissionais da educação e olha para a inclusão escolar.

A SRA. MARISA DA SILVA SOUZA - Boa noite a todos. Como já mencionado, eu sou a professora Marisa, sou professora da rede pública com dois vínculos, ou seja, eu fiz os dois concursos e me apresento em duas escolas. Também sou mãe atípica, tenho um filho, Heitor, de 7 anos, praticamente 7 anos, tetraplégico, que tive muito depois de ingressar, porque eu tenho muitas décadas, mais de uma década na rede de ensino.

Bom, eu consegui depois de muita luta, depois de muitos anos, o direito à redução de jornada, que era um direito já instituído nacionalmente e que a Prefeitura de São Paulo, pasmem, foi uma das últimas a adequar essa redução de jornada, mesmo passando por diversas perícias médicas para constatar que meu filho é tetraplégico.

Bom, passado isso veio um novo desafio. Eles reduziram a minha jornada, mas não pensaram e não estão pensando na redução de jornada para quem tem dois vínculos na Prefeitura de São Paulo. Então o que acontece? Eu tenho que cumprir um pouco da jornada no período da manhã e um mínimo, um pouco da jornada no período da tarde, porque eu tenho dois vínculos. E existe uma lei de acúmulo de cargos que não está adequada para as mães de deficiente, para as mães atípicas.

E as mães com dois vínculos, as professoras com dois vínculos na Prefeitura de São Paulo, que não sou só eu, precisam que a lei seja revista, que a lei de redução de jornada seja revista para as mães de deficiente e para os servidores deficientes. Por quê? Porque é só

adequar os horários para que eu possa cumprir em um período só. Será beneficiada a mãe, o deficiente e a escola, porque eu sou meio módulo. Então eu cumpro metade da jornada do período da manhã, metade do período da tarde. Não ajuda os estudantes da Prefeitura de São Paulo.

Então eu peço que os Vereadores, que os sindicatos, possam dar entrada nessa reivindicação de um projeto complementar, uma adequação, porque acima de tudo, gente, não precisa de verba. E a gente sabe que tudo o que não precisa de verba pode caminhar mais rápido. Não que não tenhamos como, porque orçamento temos, porque estamos na Prefeitura de São Paulo. Então essa seria a minha fala, para que exista adequação na questão do acúmulo de cargos.

Outra questão, que eu sou professora da rede e caí para a jornada módulo, porque o que a Prefeitura... Agora, aproveitando a fala da minha querida Letícia, que é praticamente uma denúncia, na verdade é uma denúncia. O que a Prefeitura de São Paulo fez, ao contrário de qualquer outro município, eu não conheço outro município que fez isso, reduziu o meu salário, me tirou o direito da JEIF. Colocou uma instrução normativa que coloca a mãe de deficiente fora de horário de estudo, e na contramão do que diz a Lei Nacional, que um terço da sua jornada tem que ser de estudo. Então eu, enquanto mãe de deficiente, não posso estudar mais, porque eu não posso ser JEIF, então nada me compete. Sendo módulo, essa é uma outra luta que a gente também precisa ter, que a mãe de deficiente tem direito à JEIF.

E agora vamos às questões de sala de aula. Eu sou professora da rede módulo, ou seja, eu visito todas as salas da unidade. Os dados que eu tenho da minha DRE Pirituba/Jaraguá, das minhas duas unidades escolares, é que são, no mínimo, três deficientes por sala ou com algum transtorno, três. E, aí, colocou a redução das AVEs, que gente, professor não precisa. A escola pública de São Paulo, AVE é simbólico, porque a gente precisa é de PAEE. A gente precisa de profissionais que tenham habilidades ou tenham currículos voltados para os deficientes, porque quando coloca que é um auxiliar de vida escolar, qualquer um de nós pode ser. Agora, o PAEE não, ele é um profissional especializado na área. E não um só, dois, três,

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 12 DE 50

todas as escolas precisam ter praticamente o mesmo número de professores, o número de PAEEs, porque temos três deficientes por sala.

Então reduzir AVE, reduzir quadro de apoio, estagiário então... Eu, enquanto professora da rede, eu acho isso... eu tenho medo de falar, porque pode ser que a gente retroceda. Estagiário não nos compete, gente, um estudante. Ele está estudando e ele vai cair para cuidar de um tetraplégico? Como assim? Não existe isso, precisa de um profissional habilitado.

Precisa também que todos, de dentro da escola, tenham estudo de caso, não só na JEIF, com o professor PAEE explicando para professores que estão lá na JEIF, que eu não estou, explicando, o professor na JEIF, caso a caso. Mas e quem não está na JEIF, e o AVE, e o ATE, e o pessoal da cozinha? E todos de dentro da unidade? Porque todos estão dentro da instituição de educação, são educadores, então é necessária a formação para todos.

Então estagiário não nos cabe. É uma luta que a gente está patinando no gelo, está patinando. E entre nada e o estagiário, tudo bem, vamos ficar com o estagiário. Mas, gente, formação, vamos chamar concurso para PAEE, ou especializar esses professores da rede, porque infelizmente não podemos mais cair na falácia de que não estudamos para isso. A inclusão está aí, nós temos que atender todos os deficientes com qualidade.

E ouvi a fala de uma outra pessoa que estava aqui, que é a fala máxima, tanto dos sindicatos, como dentro das escolas. E qual é a fala? Redução de número de alunos por sala.

Não adianta colocar na lei que reduziu o número de aluno das salas que têm deficiente, porque toda sala tem três. Então, vai ter que reduzir em todas as salas. E seria importante caminhar nessa luta de reduzir o número de alunos por sala.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sra. Marisa. É muito importante o seu relato, que mostra bem a irresponsabilidade da administração do Prefeito Ricardo Nunes. Existe um julgamento do Supremo Tribunal Federal dizendo o seguinte: os municípios, estados, que não tenham legislação própria de redução de jornada para os profissionais servidores

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 13 DE 50

públicos que têm deficiência ou que têm filho com deficiência deve-se equiparar à lei federal, dos servidores federais, sem redução de salários, de nenhum benefício.

E o que fez o Prefeito Ricardo Nunes? Editou aqui portaria, um decreto depois concedendo, implementando no município de São Paulo essa redução, mas subordinando o servidor público que fizesse o pedido para redução, para acompanhamento próprio ou do seu familiar com deficiência a ter redução da JEIF ou do vale-alimentação, do vale-refeição.

Gente, isso é uma mesquinha sem tamanho de uma cidade que tem 136 bilhões de reais, é o terceiro maior orçamento do país. Então é uma mesquinha reduzir, retirar o vale-alimentação, vale-refeição, em função da redução de algumas horas de trabalho da sua jornada para acompanhar o atendimento do seu filho ou até seu próprio atendimento, já que a rede de atendimento da saúde de São Paulo, do município de São Paulo, o Hospital do Servidor Público é sucateado, não há orçamento para o hospital.

Então o servidor tem que ter essa redução do horário, mas sem redução de qualquer benefício. Por isso, Sra. Marisa, nós vamos ingressar com uma cobrança ao Prefeito Ricardo Nunes, com uma representação no Ministério público, uma ação judicial, para fazer valer a decisão do Supremo Tribunal Federal, porque é uma vergonha nacional na cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, fazer isso com os seus servidores.

Anuncio a presença da Professora e Deputada Federal Luciene Cavalcante, a quem eu convido também já para compor a Mesa conosco.

Como eu disse no início, a Professora e Deputada Luciene Cavalcante é supervisora da rede municipal, conhece muito a rede municipal, a rede estadual, a educação como um todo, e tem nos representado muito bem no Congresso Nacional e ela está para ouvir os depoimentos, os relatos, porque ela conhece bastante, e também fazer as proposições no Plano Nacional de Educação, que tem como uma das metas a meta da inclusão.

Seja bem-vinda, Deputada Luciene Cavalcante.

Passo a palavra para Professor e Deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI – Boa noite a todos e a todas. Quero saudar todas as

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 19

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 14 DE 50

peçoas presentes hoje nesta importante audiência pública que trata de um tema muito prioritário para nós, que é a questão da educação especial, atendimento de crianças, de adolescentes, de jovens e adultos com deficiência na rede pública de ensino.

Quero saudar a Sra. Letícia, nossa colega do Sinesp; a Sra. Renata, nossa colega do Sedin; a Deputada Federal Luciene Cavalcante, que é professora da rede, afiliada também ao Sinesp. Eu também sou do Sinesp e todos nós aqui somos do Sinesp. E cumprimento o Vereador Celso Giannazi, proponente desta audiência pública na Câmara Municipal de São Paulo, pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal.

É obrigação, é tarefa, é missão, é competência, é prerrogativa do Poder Legislativo cobrar. “Ah, na Câmara Municipal, a função do Vereador é apenas legislar?” Não.

O Parlamentar tem que legislar, ele tem que representar a população, representar os vários segmentos da população e, sobretudo, fiscalizar a execução das políticas públicas em todas as áreas: na área da saúde, da assistência social, da segurança pública, da educação pública.

E é isso que nós estamos fazendo aqui, utilizando essa ferramenta, esse instrumento que é o Poder Legislativo, para fiscalizar o Executivo, para que haja o cumprimento da legislação e das políticas sociais, sobretudo aquelas ligadas aos direitos fundamentais. E um dos direitos fundamentais é a educação pública, que tem que ser garantida a todas as pessoas, em todos os níveis: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, tanto na modalidade de EJA, universidade, ensino técnico, ensino tecnológico, a pós-graduação, o mestrado, o doutorado.

Nós defendemos uma escola pública gratuita, laica e de qualidade social para todos, em todos os níveis, da creche até a pós-graduação. Dito isso, acho que uma das nossas grandes tarefas é fazer com que haja o cumprimento dessas políticas públicas e da legislação, porque muitos falam em legislação, mas nós temos muitas leis.

Nós temos a Constituição Federal, que garante esse atendimento; nós temos a LDB, que tem um capítulo especial só sobre educação especial, aqueles três artigos: 58, 59 e os 60; e nós temos a Constituição Estadual, que tem um capítulo da educação que também garante

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 20

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 15 DE 50

esse atendimento. Nós temos o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, desde 1990; e a Lei Orgânica Municipal vindo para a Prefeitura de São Paulo e toda uma legislação municipal que já dá esse amparo, que obriga, na verdade, o cumprimento do atendimento na área da educação especial na rede pública de ensino.

Então a nossa tarefa é no sentido de cobrar o Poder Público, acionando também os órgãos de controle: o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, as próprias Comissões da Câmara Municipal, da Assembleia Legislativa, do Congresso Nacional. Essa é a nossa tarefa. E cobrar o tempo todo, para que haja investimento nessa área.

Por falar em investimento, acho que é o momento propício de fazer isso, porque é o momento do debate do orçamento. A Câmara Municipal está debatendo agora o orçamento para 2026, que será aprovado no final do ano, o orçamento municipal. Como o Vereador Celso disse, é o terceiro maior do Brasil. Primeiro, vem o da União, depois o nosso, da Alesp, que também estamos discutindo, que é um orçamento de 382 bilhões de reais, e depois vem a cidade de São Paulo, que tem o terceiro maior orçamento do Brasil, maior que o orçamento de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, de Santa Catarina, de todos os estados brasileiros; tem muito recurso na cidade de São Paulo.

Então é o momento propício para fazermos esse debate, porque nós queremos disputar esse orçamento. Nós temos que aumentar o orçamento para a educação especial na cidade de São Paulo, e eu tenho certeza de que Celso está apresentando já emendas para que haja investimento na acessibilidade, na formação de professoras e professores, na contratação, na abertura de concurso público para essa área, que é fundamental.

É inadmissível que a cidade de São Paulo, a cidade mais rica da América Latina, que tem uma das maiores redes de ensino também da América Latina, que é a nossa municipal, tenha apenas 927 professoras de atendimento especializado. É um absurdo, é uma vergonha. Isso significa que a Prefeitura não está investindo corretamente, porque esse número está muito aquém de atender minimamente a demanda que existe na cidade de São Paulo, que tem mais

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 16 DE 50

de 11 milhões de habitantes.

A cidade de São Paulo não é uma cidade, é mais que um estado, minha gente, é quase que um país. A cidade de São Paulo tem uma população semelhante à de Portugal, por exemplo. Então é inadmissível que não tenhamos nem 1.000 professoras com especialização na área da educação especial.

Por isso, nós queremos apresentar propostas e disputar o orçamento para que haja investimento nessa área. Esta audiência é interessante, porque estamos ouvindo as entidades representativas do magistério, porque é o magistério que está lá na ponta atendendo a comunidade.

Nós temos aqui pais de alunos, a comunidade participante e também pessoas acompanhando a audiência. Quero destacar duas pessoas que nós convidamos: a professora Márcia, que é da rede estadual de ensino, da área da educação especial; e a Professora Priscila.

Nós estamos vivendo uma situação muito difícil na rede estadual de ensino, que tem as professoras de educação especial com especialização, muitas delas com pós-graduação na área, com formação logicamente em Pedagogia, com licenciatura plena, que estão atuando na rede estadual já há um bom tempo nessa área dando atendimento personalizado, individualizado, para os alunos que conseguiram, no Tribunal de Justiça, o direito ao acesso a essa professora. É um absurdo uma família, uma mãe de aluno, ter que acessar a justiça para conseguir uma professora de educação especial. Isso é um absurdo. Não podemos aceitar isso com naturalidade, porque é um direito garantido. Como que você tem que acionar o Tribunal de Justiça, com advogado, tem que acionar a Defensoria Pública, o Ministério Público, para ter direito a esse acesso? Mas muitas famílias, muitas mães conseguiram, e essas professoras estão atendendo.

Acontece que o Governador Tarcísio de Freitas está agora querendo demitir todas essas professoras, porque ele não quer investir nessa área. Ele tenta demitir essas professoras e substituir essas professoras por pessoas sem formação, pessoas com apenas formação na área do ensino médio, com um cursinho de 80 horas nessa área de educação especial, porque

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 17 DE 50

vai custar mais barato.

Ele vai terceirizar, através de uma empresa. Ele vai contratar uma empresa, que ele já fez isso, e nós entramos com uma ação popular contra a contratação dessa empresa, e essa empresa vai pagar um salário mínimo para uma pessoa virar apenas uma cuidadora desse aluno. Essa criança não vai ter um atendimento especializado de uma professora, de fato, com especialização.

Então é isso que ele está fazendo neste momento, através da resolução que ele publicou recentemente no *Diário Oficial*, a Resolução 129. E nós já apresentamos PDE, nós estamos acionando o Ministério Público, o Tribunal de Contas, tomando várias medidas para reverter, para revogar, essa medida do Governo Tarcísio de Freitas.

Nós convidamos essas duas professoras da rede estadual, porque São Paulo, a capital, tem nas escolas estaduais muitas e muitas professoras da capital nessa situação, que dobram, que acumulam cargo com a Prefeitura, mas é professora da rede estadual que está nessa situação e é professora também da rede municipal de ensino. Por isso, a participação delas é importante e oportuna nesta audiência pública.

Eu pedi ao Vereador Celso Giannazi que desse voz a elas e também que nós pudéssemos manifestar, através desta Comissão de Educação da Câmara Municipal, apoio e solidariedade a elas nessa luta que estão travando.

Dia 01 de novembro, elas farão manifestações em todo o estado de São Paulo, em várias cidades na Baixada Santista, no interior paulista, na Grande São Paulo, na Capital, contra a demissão em massa de professoras de educação especial.

Por fim, dizer que nós aprovamos uma lei importante na Assembleia Legislativa. Em 2015, eu apresentei um projeto de lei que foi construído com mães de crianças com deficiência da rede estadual de ensino. Nós construímos coletivamente, fizemos reuniões, audiências na Assembleia Legislativa, em 2013, em 2014. Em 2015, estava pronto o projeto que apresentei e foi aprovado na Assembleia Legislativa e virou lei, que é a Lei 15.830 de 2015, que limita o número de alunos em salas com matrículas de alunos com deficiência.

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 18 DE 50

O que diz a lei aprovada?

Se numa sala de aula houver a matrícula de um aluno com algum tipo de deficiência, um aluno autista, por exemplo, só pode haver 20 alunos nessa sala. Se houver dois alunos, reduz para 15 alunos e tem que ter dois professores na sala de aula. É lei estadual.

Nós brigamos muito no estado para que ela seja respeitada, porque este Governo não respeita a legislação, não respeita lei nenhuma quase, não respeita nem decisão judicial o Governo Tarcísio com o seu Secretário da Educação, Renato Feder, dono da Multilaser.

Então a lei existe e é uma conquista dessas mães. Por isso que eu disse no começo que a nossa tarefa é lutar para o cumprimento da legislação, que já existe em todo o território nacional nessa área da educação especial.

O Vereador Celso Giannazi apresentou também um projeto igual ao nosso, depois que ele assumiu, em 2019, com o mesmo teor, que já foi aprovado em primeira votação. Falta só uma votação. Essa é a nossa luta para reduzir o número de alunos. Isso já ajuda bastante, porque com sala superlotada não se consegue trabalhar nessa área da educação especial.

Parabéns, Vereador Celso Giannazi, Deputada Luciene Cavalcante, Professora Letícia, Professora Renata, representando as entidades combativas da educação da cidade de São Paulo. E também parabênzo as nossas colegas da rede estadual, as professoras Márcia e Priscila.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputado Carlos Giannazi, trazendo as contribuições e a realidade que estamos vivendo na rede estadual.

Temos o desmonte da rede municipal e também esses relatos do Deputado mostram o ataque também à rede estadual. Obrigado, Deputado.

Passo a palavra à Sra. Renata, representando o Sedin.

A SRA. RENATA CAIRES DOS SANTOS – Eu agradeço a oportunidade de estar aqui neste momento e, sem querer chover no molhado ou falar as mesmas coisas, mas referendando, porque é importante o que a professora Marisa trouxe, a Letícia e todos os colegas

que me antecederam, é muito importante entender que temos uma estrutura em São Paulo que foi organizada e construída por profissionais formados, que refletem sobre a realidade da maior cidade da América Latina: São Paulo. Nós temos um currículo memorável, que está sendo destruído; e uma estrutura, idem.

Hoje, a Prefeitura de São Paulo está reduzindo o quadro de apoio das unidades de educação infantil, alegando que a possibilidade da quantidade desses profissionais está atrelada à quantidade de agrupamentos.

Infelizmente, nem todas as pessoas têm a oportunidade de entender como funciona essa estrutura. O que é um agrupamento? É a junção de duas, três ou até quatro salas no mesmo espaço físico. Antes, nós tínhamos essa relação por turmas, como todas as unidades, e agora está sendo por agrupamento. Ou seja, se uma unidade tem apenas sete espaços físicos, vai ser em cima desses sete espaços físicos que eles vão disponibilizar o módulo do quadro de apoio.

O que aconteceu? Isso não é achismo, está no *Diário Oficial*. Praticamente todos os CEIs têm profissionais ATEs excedentes. Isso nunca aconteceu. Pior, esses profissionais não têm nem direito à prioridade de escolha nessa remoção. Eles entraram *ex officio* nessa remoção para disputar vaga com todos os outros, podendo sair de perto das suas casas, de suas diretorias, da estrutura que já tinham organizado com o seu trabalho por anos para trabalhar onde tiver vaga.

Quem vai pagar essa conta? O munícipe que vai pagar essa conta? A estrutura da educação que já está sendo desmontada. Estamos vendo um desmonte acontecendo na educação de forma alarmante, em especial na educação infantil, que está sendo vendida a rodo na Prefeitura.

São inúmeras unidades conveniadas sendo instaladas sem a menor estrutura. Nós vimos unidades em fundo de igreja, em galpão, em casa de chapa. Essa é a maioria do atendimento da Prefeitura de São Paulo. A prioridade da Prefeitura de São Paulo é atender as crianças em convênios precários. As unidades que nos restam na rede direta estão sendo sucateadas, com a redução do número de profissionais, com a precarização do acesso às

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 20 DE 50

políticas públicas.

Nós não temos o AVE, por exemplo, no CEI, na educação infantil. A gente já teve família tendo que judicializar, vocês devem saber disso, para que a família tivesse o direito do acesso a essa criança lá na educação infantil.

Muitas vezes, o primeiro impacto da família para saber de um possível laudo vem de nós, a primeira investigação. E a gente tem uma dificuldade muito grande ao acesso à rede de proteção. Isso é vital para o nosso trabalho na educação, não só na educação infantil. A gente precisa do CRAS, precisa do SUS, precisa da assistência social funcionando em simbiose, em consonância.

Toda vez que uma família precisa de atendimento, a gente precisa que isso aconteça numa escala de urgência, porque essas pessoas têm direitos. Só que as coisas em São Paulo acontecem por amostragem e para fazer propaganda.

Na mídia, como vocês colocaram, o Prefeito e o Governo colocam que tudo acontece maravilhosamente. Vão numa unidade de referência, filmam tudo acontecendo: crianças especiais praticando esporte, lendo, fazendo teatro. Isso acontece mesmo, mas acontece com todo mundo? Não.

Eu sou lotada numa EMEF na zona Leste, EMEF Jurandi Gomes de Araujo, que é uma das melhores da cidade de São Paulo. Falo com muito orgulho. Eu tive uma aluna cega, a Sofia, que é a minha melhor aluna de matemática de todos os meus anos de magistério, uma potência de criança, muito inteligente, mas que eu, como professora de quinto ano dela, passei por uma sala que ela não recebia os livros em braile. Apesar de a Sofia ter sido alfabetizada em português convencional e em braile, não chegava material para ela.

Apesar de a Sofia estar matriculada na nossa rede desde o primeiro ano, no quinto ano chegou o livro do quarto ano para ela. A Sofia era minha melhor aluna da sala. Jamais eu poderia aplicar o material do ano anterior, porque a gente não consegue nem que uma editora traga o material próprio para que essa estudante trabalhe. Como eu, em sala de aula, todos os profissionais se desdobram para suprir essas deficiências e, muitas vezes, esses problemas não

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 21 DE 50

chegam adiante, porque a gente soluciona da nossa forma. A gente tenta suprir as necessidades dessas crianças, estruturar as unidades. Enquanto isso, as coisas ficam maquiadas.

Como o Sedin, tenho que pontuar que a gente acha muito importante pensar, Vereador, no retorno de um profissional que não existe mais no CEI, especialmente, que é o auxiliar de enfermagem. A gente tem crianças, e não só as atípicas, que precisam de medicação, de uma triagem inicial. Essa obrigação é incumbida aos professores e aos ATEs que estão sendo retirados das unidades. Há crianças que precisam de medicação, de acompanhamento. Isso é muito importante.

A gente já teve esse profissional na Prefeitura, um cargo que deixou de existir, que é muito importante para a segurança dessas crianças e dos profissionais que trabalham nesse espaço.

Se a gente pensa numa educação global, repito para vocês, é importante que a rede de proteção funcione.

A gente tem outras estruturas na Prefeitura que já foram desmontadas - e isso fica como um alerta para educação, não só para educação infantil, mas, como a gente sabe que é plano do Governo terceirizar também o ensino fundamental, assim como já fez com a EJA, fica o alerta.

A nossa estrutura é maravilhosa, a gente tem que proteger e ampliar. Precisamos, sim, reduzir o número de crianças por turma, tanto no fundamental como na educação infantil, para segurança e para a qualidade do atendimento que a gente oferece.

O nosso currículo é maravilhoso; a nossa estrutura é maravilhosa, mas isso não pode ficar com uma amostragem, a gente não pode se deixar usar como garotos-propaganda. É muito legal quando vão na minha unidade mostrar como meu trabalho funciona, mas tem que referendar as unidades onde isso não funciona, onde isso não está acontecendo.

A gente tem unidades municipalizadas sem a mínima estrutura, onde não chegou nem enxoval da unidade, onde não tem os profissionais, onde não tem a sala de recursos, não tem o PAEE. Os PAEEs estão sobrecarregados. Cada um tem em torno de 40 ou 50 laudos para

apensar. Se um profissional em sala de aula, professor com 5 ou 7 alunos, mal consegue tentar entender cada espectro - e cada criança é um universo, cada espectro é uma situação -, imaginem um PAEE. Não dá para pensar que é todo mundo homogêneo, que é a mesma estrutura. Cada criança especial cada uma tem a sua particularidade. Cada pessoa tem a sua particularidade. A criança especial precisa de um cuidado maior, mas a gente precisa pensar que essa estrutura tem que ser cuidada e organizada. Não dá para acontecer por amostragem para funcionar na escola x e y e dizer que a Prefeitura está fazendo, e deixar o nosso sistema ruir, como está acontecendo.

As crianças especiais são cidadãos e a gente está criando e educando para que sejam potentes, independentes, autônomas e pessoas saudáveis no futuro.

Muito obrigada pela oportunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Renata. Obrigado pela sua contribuição também.

Agora, a gente vai alternar: uma pessoa de forma *on-line*, uma pessoa de forma presencial. Então tem a palavra a Professora Priscila, que está de forma *on-line*. Enquanto ela não libera, temos a Professora, também da rede estadual, Márcia Valéria. É preciso ativar o microfone, professora.

Vamos fazer assim: enquanto ela vai ativando, vou chamar uma pessoa de forma presencial. Então deixa eu chamar Tamara Heyman para também trazer a sua a contribuição. Tamara é advogada, especialista também em educação inclusiva.

A SRA. TAMARA HEYMAN - Boa noite. Eu sou a Tamara. Sou advogada, autista, mãe de autista, especialista em Contratos, em Direitos Humanos, em Educação Inclusiva, ativista, conselheira participativa.

Venho falar como autista, como mãe de autista, como profissional de direito, mas, também, como alguém que vive e viveu a inclusão ou a falta dela a vida inteira, a minha vida e agora da minha filha. Vocês sabem: nada pior do que acontecer aos nossos filhos.

É por isso que, como boa autista, eu vou trazer alguns pontos e vocês me perdoem,

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 23 DE 50

se eu for um pouco rápida, um pouco devagar, hoje foi um dia cheio.

Eu venho dizer que, na minha opinião, o primeiro, o nosso maior inimigo, de todos nós, professores, mães, alunos, é a barreira atitudinal. Mas não é o que vocês acham que eu vou falar, não. É a barreira do Poder Público ao não entender o que é necessário fazer, de não ouvir. As pessoas que eles têm que ouvir são os professores, os quais estão na ponta, sofrendo, apanhando, desesperados, não têm informação, não têm o que fazer, muitas vezes.

Abro um pequeno parágrafo para dizer que eu não estaria aqui falando com vocês se não fossem os meus professores. Eu devo a minha vida a eles. Muito obrigada. (Palmas)

Acho que têm que ouvir as mães, sim, as mães atípicas, as mães de deficientes, porque elas estão na luta, dia após dia, para tentar fazer um mundo melhor para os seus filhos.

Em último, talvez, os próprios deficientes. No caso, eu posso falar, e muitos deficientes podem falar. Nós temos que fazer parte dessa discussão.

Temos que ter um norte. O norte eu acredito que tenha que ser o da ciência, das experiências que já existem, os dados. Não opinião, não ideologia. Mas o que nós vemos, no Brasil e mundo afora, que pode dar certo.

É por isso que os professores têm que ser ouvidos. Por isso as mães têm que ser ouvidas. Por isso a ciência tem que ser ouvida. Somos todos nós juntos que vamos construir um sistema que pode permitir que todos participem.

O nosso objetivo é claro: que todos os cidadãos, todas as pessoas possam ser educadas, porque nós somos pessoas com deficiência, mas somos pessoas. Então, nós temos direitos. Isso só pode acontecer de várias formas, com escola especializada, sim.

Às vezes, algumas crianças vão precisar de algum aparato maior. Não tem jeito. No início da vida, talvez por mais algum tempo. São poucas, mas existem. Elas também são pessoas.

Depois, com salas de recursos. É importante a sala de recursos. Você bota uma criança autista com maior grau de suporte para aprender. Ela tem deficiência intelectual, talvez ela não consiga, talvez aquilo seja difícil demais para ela, talvez, outras coisas possam ter mais

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 24 DE 50

sentido. Então essas casas de recurso são importantes e são importantes até para levar um dia, talvez para que ela consiga entender essa aula, mas, para isso, nós precisamos de professores habilitados.

E, terceiro, nós precisamos de turmas melhores nas escolas comuns, precisamos de mobília adaptada, professores com capacitação continuada, professores de educação especiais, EJAs, AVEs, ATEs também.

Quando se fala de autismo, essa balela “não podemos medicamentar a educação”. Como eles vão agir se não tiverem um psicólogo junto? Alguém para ajudar com os comportamentos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TAMARA HEYMAN - Você peça a palavra. Eu estou falando a minha opinião, eu sou autista e sou mãe de autista.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. TAMARA HEYMAN - Posso falar? (Pausa) Obrigada.

Precisam de apoio, sim. Eles precisam de apoio fora, com tratamento, porque é muito difícil para o professor, e precisam de apoio dentro para entenderem os seus alunos. Precisam ter ar condicionado, salas menores, porque, vejam, eu vou dar um exemplo besta: se entrar alguém aqui com uma cadeira de rodas, ninguém questiona que ele precisa de uma rampa. Então por que alguém questiona que uma criança autista, atípica precisa de maior suporte? Porque alguém questiona que ela precisa de um ar condicionado, que precisa de um professor especial? Isso vai permitir que ela esteja no mundo, na escola. Ela precisa de uma cadeira específica, de um material adaptado, da cadeira de roda dela, gente.

Então a gente precisa se basear em ciência. A gente precisa ajudar os professores, a gente precisa de dinheiro e de práticas baseadas em evidência, precisa de vontade política. A gente precisa entender que nós somos pessoas, que nós temos direito de estar aqui. E o que eu estou pedindo não é novo, não. A lei brasileira de inclusão fez 10 anos, neste ano.

O que diz sobre nós, como civilização, se nós não conseguimos, em 10 anos, cumprir

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 25 DE 50

o que está na lei?

Venho destacar que nós, como autistas, temos contribuições para o mundo. Fomos nós que criamos, por exemplo, Pokémon. Acho que todo mundo gosta de Pokémon, é um autista que criou. Nós temos a Torrent, Google Maps, SpaceX, Nobéis de Economia para autistas, mas é como se nós não tivéssemos criado nada, nenhum feito, nada.

Nós somos pessoas, e o que os antropólogos dizem que nos diferencia como humanos, de qualquer outra espécie, é que nós enterramos os nossos, nós cuidamos dos nossos. Se aquela pessoa é uma pessoa, ela é nossa, e nós cuidamos dela.

Então, o que eu peço aqui é civilização. Inclusão não é favor. Inclusão é direito, é marco civilizatório. Isso passa por ajudar os professores, ajudar os alunos, a ouvir as mães.

Sim, nós não vamos ter sempre as mesmas opiniões, porque nós somos pessoas, e pessoas divergem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, Tamara. Obrigado pela sua participação, pela sua contribuição.

Vou chamar a professora Márcia Valéria que está *on-line*.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA - É uma honra estar participando, mais uma vez, de uma audiência pública em favor dos alunos especiais.

Quero salientar...

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA - ... retrocesso. Isso me causa muita indignação...

- Falha na transmissão. Transcrição prejudicada.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA - ... fonte para o aprendizado, mediando conteúdos e adaptando atividades para as necessárias especificidades dos alunos especiais.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Professora Márcia, nós estávamos com um probleminha técnico. Nós perdemos uma parte da fala. Então se a senhora pudesse, novamente, iniciar sua fala, por gentileza, para que todos pudessem acompanhar. Eu peço desculpas.

A SRA. MÁRCIA VALÉRIA - Não tem problema.

Boa noite, senhoras e senhores, todos que estão presentes e todos que estão *online* neste momento.

Estou aqui para falar que a inclusão se faz não só com leis, mas com professores. Os alunos precisam desses professores, porque eles são a ponte entre o aprendizado. Eles mediam os conteúdos. Eles adaptam as atividades às verdadeiras necessidades específicas de cada estudante. Então se faz importante a nossa presença. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é uma lei federal, no seu artigo 59, III, cita bem especificamente o direito dos educandos com deficiência a terem professores com especialização adequada. Como, agora, eles decidiram que não cabe mais essa função para a gente? A última que eles disseram é que professor auxiliar não exerce a função de professor. Como assim? Nós estamos nas aulas com esses alunos, as seis aulas do dia, com essas crianças, adaptando as atividades, elaborando o conteúdo, para que eles possam desenvolver. Como, de repente, a gente não existe, a gente não exerce a função de professor? Como assim? O que eles querem? Um verdadeiro retrocesso.

Eu tenho muita pena dessas crianças. Sabem por quê? Porque, hoje, eu estou na escola. Daqui a algum tempo, eu não estarei mais, como outros colegas. A gente vai se aposentando, vai tomando outros rumos, mas as crianças vão continuar até elas se formarem. Sem o nosso apoio, vai se tornar bem difícil. É como enxugar gelo. É um verdadeiro trabalho de enxugar gelo, e eles não estão se importando com isso.

As famílias que são o foco importante estão sendo ludibriadas, enganadas com uma falsa fala de que as crianças não vão perder nada. Vão, sim. Sem os professores, elas vão perder muito. Professor é o principal dentro da sala de aula.

Dia 1º, a gente vai organizar a nossa mobilização, cada um no seu município. Espero contar com a presença das pessoas que se importam com a educação especial.

Torno a agradecer, novamente, pelo convite. É uma honra participar com tantas pessoas importantes, falando tantas coisas que são reais, a realidade de cada um. A realidade da escola do estado de São Paulo hoje é que são mais de 40 alunos dentro de uma sala. Nem

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 27 DE 50

isso a lei respeita.

Então, vamos seguir em frente, vamos tentar, vamos batalhar, vamos lutar para que isso se modifique e, um dia a educação inclusiva, seja, realmente, inclusiva na sua totalidade.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, professora Márcia, pela sua contribuição.

Vou chamar, de forma presencial, o Sr. Gersio de Souza, ATE da rede municipal.

Para que todos possam falar, para que todos tenham vez e voz, peço para mantermos o tempo de fala entre quatro e cinco minutos, para que a gente consiga ouvir todo mundo com suas contribuições.

Gersio, que é um grande lutador em defesa da educação pública, está em todos movimentos, luta muito. Parabéns pela sua atuação.

O SR. GERSIO DE SOUZA – Obrigado.

Meu nome é Gersio. Sou ATE, tenho formação em Pedagogia, em Educação Especial, tenho pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e, atualmente, também estou fazendo pós-graduação em Educação Especial para autismo.

Então o meu papel, na escola, eu consigo desenvolver atendendo algumas crianças, porque eu tenho essa formação, mas as demais pessoas do quadro de apoio não têm nem esse conhecimento. Falta isso: a capacitação dos profissionais, porque, na falta do AVE, quem vai atender essa criança é um ATE, porque o atendimento da AVE é de locomoção, alimentação e cuidados pessoais. Então ela não tem um preparo para a questão pedagógica. No meu caso, eu consigo desenvolver alguma coisa, porque eu tenho esse conhecimento, mas a maioria dos meus colegas não tem. Então falta formação para o quadro de apoio, para poder ajudar a atender essas crianças. E, ao mesmo tempo, minha escola este ano está em período integral. As crianças autistas em período integral é um outro problema, porque é muito tempo para as crianças estarem dentro de uma escola. Dá dó, e não têm pessoas para cuidar dessas crianças. Precisa também do próprio PAEE nas unidades. Não existe concurso público para a educação especial.

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 28 DE 50

Eu, por exemplo, tenho formação, mas não posso desenvolver nenhum projeto porque eu não tenho cargo de professor.

É isso que eu queria trazer para vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado Gersio. Obrigado, pela sua contribuição. É muito importante.

Com a palavra a Professora Priscila, de forma *on-line*.

A SRA. PRISCILA - Boa noite. Eu agradeço o convite, mais uma vez, para estar presente na audiência pública. Agradeço ao Deputado Carlos Giannazi, que está conosco no movimento da Educação Especial no Estado de São Paulo. Estamos enfrentando gravíssimos problemas e um desafio grande. Nós somos do movimento em defesa da Educação Especial articulado com as mães atípicas, as professoras e professoras auxiliares. Começamos esse movimento em outubro do ano passado, quando o Governador decidiu lançar o Decreto 67.635, terceirizando esse trabalho dos professores auxiliares para profissionais de apoio escolar, que é a mesma coisa que acontece no município. A Marisa trouxe muito bem e esse professor que acabou de falar como apoio, que precisamos tomar muito cuidado com essa questão da nomenclatura, porque o PAEE é o profissional de apoio escolar que trabalha de forma a atender essas crianças dentro das suas atividades escolares, mas não pedagogicamente. Precisamos entender que o aluno para estar dentro da sala de aula, o aluno com deficiência, com as necessidades que necessita, para ele poder se desenvolver, é necessário ter realmente o professor auxiliar especializado, para que ele consiga trabalhar com ele pedagogicamente, porque essas crianças têm condições de aprender. Todos nós temos condições de aprender. Nós temos somente particularidades diferentes que precisam ser respeitadas. Na verdade, eles querem destruir e, cada vez mais, sucatear a educação pública de forma geral para mostrar, como se estivesse falhando, não dando certo, que os profissionais são ruins. Não é isso. Na verdade, nós temos, como a outra professora trouxe, uma excelente estrutura, um excelente currículo. Só que nós precisamos ter governos que possam investir nessa questão. Nós somos um movimento, começamos a coletar assinaturas. Conseguimos mais de 11 mil assinaturas no

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 34

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 29 DE 50

estado todo. E agora dia 1º, como a professora Márcia trouxe, nós vamos movimentar, mais ou menos, umas 10 cidades para denunciar e mostrar para a sociedade que não queremos esse retrocesso, porque no Estado as famílias judicializaram e conseguiram na justiça esse professor auxiliar. Temos o AVD no estado também, que é o cuidador, mas nem todas as crianças necessitam de um cuidador. Elas precisam de uma pessoa para trabalhar pedagogicamente. Precisam de um professor para estar dentro da sala de aula. Essa é a minha contribuição.

Se vocês puderem nos apoiar, nos seguirem. Estamos juntos nessa luta, seja município, seja estado, estamos pela educação pública e precisamos unir as nossas forças, seja em qualquer âmbito, se tratando de educação pública, precisamos nos fortalecer. Nosso movimento, nosso *Insta*, é em defesa da educação especial. Se vocês quiserem conhecer um pouquinho desse movimento, entrem lá, compartilhem, para denunciarmos isso daí e conseguirmos chegar a um resultado mais favorável para as nossas crianças e adolescentes. É isso. Obrigada, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigada, Professora Priscila pela sua contribuição. É muito importante o seu relato.

Com a palavra o Sr. William de Jesus Silva, da Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas Autistas – Abraça, e membro do Conselho de Inclusão Escolar que temos na Câmara Municipal. Sr. William, seja bem-vindo.

O SR. WILLIAM DE JESUS SILVA - Primeiro lugar, eu gostaria de começar agradecendo à Comissão de Educação da Câmara, através da pessoa do Vereador Celso Giannazi; Saúdo o Professor Giannazi, que está lá fora; a Professora Luciene que, em Brasília, vem trabalhando bastante, sobretudo, com relação ao descongelamento da contagem de tempo dos servidores, a luta do Descongela Já. Acredito que sem a participação decisiva da professora, cria da educação infantil, cria da educação pública, cria da zona Norte, não teria sido possível ter conseguido a aprovação do descongelamento no Congresso.

Para não perder o foco. O meu nome é William de Jesus Silva. Eu tenho 31 anos, eu sou autista, assim como a Tamara Heyman, que acabou de sair. Aproveito até para pedir

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 30 DE 50

desculpas por eu ter me excedido, mas é que ela acabou tocando num ponto sensível, em especial para o movimento pró-neurodiversidade, que é a questão do ATE. Para quem não sabe, é só um nome disfarçado para aplicador de ABA.

Quero começar colocando algumas questões e contradições com relação a algumas das falas anteriores e fazer algumas correções.

A primeira, não usem um nome “pessoa especial”. “Especial” é pastel, me perdoem o excesso de franqueza, mas o próprio movimento PCD vê esse tipo de expressão como problemática, como inadequada, e nós somos pessoas com deficiência. Isso é uma coisa que a convenção da ONU sacramentou.

Segundo ponto. Eu concordo, até que a gente precisa ter a ciência como elemento norteador. Só que tem um porém: ela não pode ser elemento norteador para instrumentos de normalização e controle de corpos e cérebros desviantes do *status*...

Nós, do Abraça, entendemos que tem que se garantir o que já existe na Lei, que é o ATE, o AVE, acessibilidade sensorial no nosso caso, em particular das pessoas autistas, colocar terapeutas para atender em escola. Isso é uma invasão de competência, por que o que acontece? Passa o poder de avaliação dentro de um ambiente pedagógico, para área clínica. Escola não é clínica, escola não é hospital. Escola não é manicômio. A função da escola, no que tange ao estudante com deficiência, é possibilitar o suporte necessário para que ele aprenda. É uma função pedagógica e não pode ser uma função médica. Então isso é uma contradição. A defesa de atendentes terapêuticos nas escolas é uma proposta capacitista, porque é só mais uma forma de controle. E sabe o que é mais interessante? Esse foi um debate gerado por conta do Parecer 50, em 2023. Eu tive muitas dores de cabeça com relação a isso, não só eu, mas vários ativistas autistas tiveram dores de cabeça com relação a isso, porque a proposta do Parecer 50 previa formação exclusivamente em ABA, o que fere o pluralismo metodológico. E a formação em outros tipos de terapia, sobretudo terapias não invasivas, como DIR, um tipo de terapia de intervenção comportamental que não diz respeito, não é invasiva com a pessoa que faz e que é atendida.

Outro ponto que precisa ser tocado, é justamente a questão da acessibilidade sensorial. Nós precisamos garantir salas de descompressão, salas sensoriais. Precisamos diminuir o número de alunos por salas de aula, em turmas que têm estudantes com deficiência. Já têm lei estadual valendo desde 2015. Lei, inclusive, de autoria do Professor Giannazi, mas essa lei não está sendo cumprida. Se está um caos na rede estadual, imaginem na Prefeitura de São Paulo, na rede pública da capital?

Esses dois pontos, no caso, são pontos de concordância com o que a Tamara falou agora há pouco, com relação à escuta. Ninguém melhor do que os próprios estudantes para falar dos problemas que eles estão passando dentro da escola. Essa história de que: “Ah, ouvir os estudantes que podem falar”, isso é balela.

Para que existe comunicação alternativa? Para ser uma decoração? Não. A gente precisa garantir comunicação alternativa. Porque essa história de achar que comunicação só vale quando a pessoa fala, isso também é um pensamento capacitista. E Libras? E o uso de tecnologias assistivas? Isso também não vale? Isso também não é comunicação?

Outro ponto, para encerrar, é o que está acontecendo na rede estadual. A Tamara falou do abandono do Poder Público com relação aos estudantes com deficiência. Isso é verdade. Tanto é verdade que o Secretário Estadual de Educação, Renato Feder, o que está fazendo? Ele baixou uma resolução. A Resolução nº 129. Houve uma audiência semana passada a respeito disso, na Assembleia da Legislativa, da qual eu participei na mesa. Ele está querendo demitir professores e professoras especializadas em educação especial para terceirizar o serviço de educação especial. Ele quer gerar lucro para donos de empresas, para donos de clínicas, para banqueiros. Ou seja, já não basta o que ele está fazendo com a educação estadual, com esse negócio de entregar a gestão das escolas para a iniciativa privada, ficar fazendo material digital, sem nenhum tipo de transparência. Agora ele vem com mais essa. Se a moda pega, isso vai acontecer também na rede municipal. Então, quanto antes a gente estiver preparado, melhor.

Esses são os pontos que eu gostaria de destacar. Encerro, reforçando algo necessário: a formação profissional. Não só formação profissional, temos que fazer a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 37

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 32 DE 50

conscientização com os outros estudantes sem deficiência, com a comunidade escolar. Precisamos alfabetizar politicamente esse pessoal, porque, senão, como é que vamos fazer a luta coletiva sem dar subsídio, sem entregar em mãos o instrumento primordial, que é o conhecimento?

Temos que trazer esse contato. Escola não é clínica. Não à Resolução nº 129. E viva a luta do movimento internacional das pessoas com deficiência. E que se cumpra a LDB, a LDE, principalmente a CDPD que aqui, no Brasil, tem *status* de emenda constitucional pelo Decreto nº 6.949. Obrigado, gente. Nada sobre nós sem isso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Obrigado, William. É importante, sua contribuição.

No começo da audiência eu tinha chamado - mas por problemas técnicos, não ouvimos a resposta, a Sra. Márcia Andréa Bonifácio, representando a Secretaria Municipal de Educação. Então chamo a Sra. Márcia Andréa Bonifácio, para fazer uso da palavra.

A SRA. MÁRCIA ANDRÉA BONIFÁCIO DA COSTA OLIVEIRA - Boa noite. Eu gostaria de dar a possibilidade de que a minha parceira de trabalho Marineusa pudesse falar, porque ela é a representante da Secretaria, neste momento, da Divisão de Educação Especial. Entendo que ela tenha informações que possam contribuir melhor com este debate. Estou aqui em nome do NAAPA. Olhando para o tempo, gostaria de dar a possibilidade dela se colocar.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Está ótimo, Márcia.

Com a palavra a Sra. Marineusa Medeiros da Silva, representando a Secretaria Municipal de Educação.

A SRA. MARINEUSA MEDEIROS DA SILVA – Boa noite. Obrigada pelo convite. Estou aqui com a Professora Luciana Xavier. Nós duas somos parte integrante do quadro de magistério dessa rede há mais de 20 anos.

A Educação Especial, na perspectiva de uma educação inclusiva na cidade de São Paulo, é orientada por uma política paulistana de educação especial com base no Decreto 57.379/16, que visa garantir tanto o acesso à permanência, o desenvolvimento de todos os

estudantes e, principalmente, uma abordagem transversal, com um atendimento educacional especializado de uma forma complementar e suplementar, em articulação com os professores da sala regular.

Quando pensamos, e ouvindo todos os que nos antecederam, em um recorte na cidade de São Paulo, podemos falar de um universo crescente, de 2021 a 2025, um aumento de quase 172% do público de estudantes matriculados na rede municipal. Hoje, com os dados de 30/09/2025, nós estamos falando de regularmente matriculados, 39.689 crianças, bebês e estudantes com deficiência matriculados. Falamos de mais de 10 mil profissionais, entre professores de atendimento especial educacional especializado, que é o PAEE, devidamente designados por política própria, e de professores de apoio e acompanhamento à inclusão que estão nos nossos CEFAls. É um número bem crescente que temos, enquanto princípio, porque estamos falando de uma política, não de segregação, não de exclusividade, mas de uma política num princípio da inclusão. Todos os estudantes têm o direito de aprender e se desenvolver na nossa rede municipal. Tanto que, só para termos uma ideia, de agosto a setembro cresceu o número de matrícula em quase mil estudantes na nossa rede, porque a nossa rede municipal tem um investimento, há mais de 20 anos, com a questão da equidade e do respeito à diversidade. Não estamos dizendo que isso é perfeito, mas uma educação especial, numa modalidade transversal, não pode ser separada da educação básica, mas ela integra, sim, as ações pedagógicas de toda a rede. E o atendimento educacional especializado é um serviço pedagógico que visa eliminar as barreiras e garantir a participação plena de todos esses estudantes. O acesso à questão do AEE em articulação com a sala de aula comum, em colaboração com os professores de aulas regulares, visamos um princípio que é fundamental para que a inclusão aconteça de fato, que é o princípio da acessibilidade curricular. E nós temos investido muito na questão da formação continuada desses professores. Só de 2016 até a presente data, foram mais de dois mil profissionais, da nossa rede, formados em parceria com universidades como Mackenzie, Unesp, e tantos outros em atendimento educacional especializado.

Nós temos uma organização dos nossos serviços, da rede municipal de São Paulo, referência em todo o território nacional, porque a nossa política organiza os serviços e apoios de educação especial por meio de uma estrutura como os CEFAls, que são os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão, salas de recursos multifuncionais, programas de apoio e acompanhamento e principalmente, a questão de acessibilidade.

Eu queria trazer aqui um dado, só para entendermos todo o investimento que a cidade de São Paulo tem feito para os profissionais de apoio à Educação Especial. Lá, em 2021, nós tínhamos um universo de 1.163 AVEs, que atendiam ali, naquela época, 962 unidades, em torno de 5.613 estudantes. Hoje nós estamos com o número oficial de 1.811 AVEs, que atende 1.227 unidades, atendendo um público que chega a 15.800 estudantes.

E a gente teve..., o nosso colega que nos antecedeu, diante da política federal de inclusão, nós temos a questão do serviço de apoio, não só para a questão da alimentação, da higiene, da locomoção, mas principalmente para atender uma demanda que são as crianças e estudantes com os transtornos do espectro autista, nós fizemos um investimento muito alto na questão de capacitação inicial desses AVEs de 120 horas. Antes de o AVE entrar, dele ser encaminhado para uma unidade educacional, ele faz um curso de acompanhamento intensivo para que seja feita a inclusão desses estudantes de fato.

Quando a gente fala do projeto Rede da Cidade, a gente está falando do assistente social, do psicólogo, do fonoaudiólogo, do supervisor técnico que é formado em fisioterapia e terapia ocupacional. Nós estamos falando de um universo de mais de seis mil estagiários. Estamos falando em algo que é uma política pública também de apoio aos profissionais bilíngues, porque, na nossa rede, nós temos as escolas municipais de educação bilíngue para surdos, com instrutores de Libras, instrutores mediadores de Libras, intérpretes de Libras e os guias intérpretes.

Com todo o respeito a todas as declarações, nós não estamos dizendo que isso é uma coisa fácil. É um desafio. Como profissionais especialistas da rede, nós investimos em formação. Só neste ano foram mais de dois mil profissionais da nossa rede formados. Nós

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 35 DE 50

estamos com uma parceria para formar um outro grande número, e nós temos formados - porque na nossa rede nós temos um quadro de evolução funcional -, nós temos registrado mais de 12 mil profissionais da nossa rede que tem, sim, um curso de formação em especialização em Educação Especial ou Educação Inclusiva.

Então a gente queria, a partir desse ponto, não sei se a Luciana quer, nesses meus últimos dois minutos, complementar alguma coisa, mas a gente aqui não está justificando a não oferta. Nós estamos dizendo que tem todo um esforço, por parte da rede municipal de educação, para garantir que a Educação Especial, numa perspectiva de uma educação inclusiva, aconteça na nossa cidade de fato.

E devemos falar que a nossa rede é procurada diariamente por outras redes circunvizinhas, tanto a rede estadual, outras redes municipais e redes particulares, por causa dessa infraestrutura de acessibilidade como fundamental e fundante para a inclusão das nossas crianças e estudantes matriculantes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Sra. Marineusa. E olha, assim, com todo o respeito, a senhora falou do número de AVEs, eu tenho aqui um número que o próprio Secretário Municipal de Educação, Fernando Padula, aqui na Comissão de Educação, apresentou na prestação de contas em 2025: nós temos 2.808 AVEs. Ele apresentou esse número. E o Censo Escolar do INEP, que a gente apresentou no início, traz aqui em torno de 41 mil estudantes com deficiência, e nós, por conta da legislação, deveríamos ter 6.834 profissionais AVEs na cidade de São Paulo.

Então, a gente está muito, mas muito longe de ter esse número mínimo. O número mínimo, com o orçamento da cidade de São Paulo, a gente está muito aquém, mas muito aquém mesmo, Marineusa, de alcançar uma meta. A gente está com 41% de cobertura. A cidade de São Paulo não chega nem a 50% de cobertura nessa política pública. A senhora traz os dados aqui, mas a gente está andando a passos de tartaruga aqui na cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina.

Obrigado também pela participação.

A SRA. MARINEUSA MEDEIROS DA SILVA – A gente que agradece, tendo um universo de mais de 617% do aumento da questão do apoio ao Serviço de Educação Especial. E todos esses dados, que foram apresentados, estão disponibilizados também no portal de transparência aqui do município.

Obrigada pela oportunidade. Boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado. Deixe-me chamar aqui a próxima, que está de forma presencial, Professora Gisela Almeida, que é professora e tem especialização também em educação inclusiva. Esteve aqui na Câmara Aberta, lá no CEU Tiquatira, fazendo também uma fala muito importante em defesa dos profissionais da educação e da educação inclusiva. Inclusive também uma fala dos professores que estão no concurso de remoção, que estão no estágio probatório do concurso de remoção, que não foram permitidos participar do processo. Com a palavra a Professora Gisele.

A SRA. GISELE DE ALMEIDA – Boa noite a todos. Meu nome é Gisele, sou professora da rede municipal, pós-graduada em educação inclusiva. É uma honra participar desta audiência de um tema tão relevante.

A inclusão não deve passar por um favor, pois a inclusão é um compromisso coletivo de todos nós. Hoje eu venho fazer um apelo. Nós necessitamos do apoio efetivo do nosso Governo. Necessitamos da ampliação dos profissionais de apoio especializados no chão da escola. Necessitamos de recursos pedagógicos. Necessitamos de unidades educacionais que tenham mais acessibilidade. Necessitamos também de formação continuada para os profissionais que estão ali. Essas são algumas das medidas urgentes e indispensáveis.

A escola inclusiva só será possível com políticas públicas consistentes e acompanhamento permanente. Não pedimos privilégios. Pedimos pelos direitos que já estão na nossa Constituição e algumas outras legislações que temos como norteadoras. Inclusão não é caridade. Inclusão é justiça.

Obrigada.

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 37 DE 50

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Professora Gisele. Obrigado pela sua participação, pela sua contribuição. Também quero anunciar aqui a presença da Sra. Renata Belluzzo, de forma *on-line*, representando a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, e quem convido também para fazer uma fala.

A SRA. RENATA BELLUZZO – Boa noite. Estou aqui representando a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e o Centro TEA Dra. Marina Magro Beringhs Martinez, que é um serviço da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. Queria agradecer por estar aqui e dizer que o Centro TEA não é um serviço em saúde e nem um serviço em educação. Ele é um serviço que proporciona melhorar as habilidades que as pessoas com TEA têm e acolher as suas famílias, propiciando atividades tanto para os acompanhantes dessas pessoas quanto para as próprias pessoas com TEA.

Nós estamos lá na zona Norte, na nossa primeira unidade, e ela é gerida pelo Instituto Lenda, que é um instituto que tem outros convênios com a Prefeitura de São Paulo, que participou do edital de chamamento público e foi selecionado. E a gente começou as nossas atividades. Agora, inauguramos no mês de abril, no dia 2 de abril, e efetivamente as oficinas começaram agora em junho.

Tem um processo de triagem em que as pessoas passam para ver o perfil de quais as atividades vão fazer lá no Centro TEA e nós estamos com esse serviço. A Secretaria da Pessoa com Deficiência, então, deixa de ser uma Secretaria de articulação para ser uma Secretaria que tem um serviço fim.

Queria agradecer aqui a oportunidade e dizer que a Secretaria da Pessoa com Deficiência está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado Renata, representando aqui a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência. E agora eu gostaria de passar a palavra para a Professora, Deputada Federal, Professora Luciene Cavalcante, que conhece muito a rede municipal, tem experiência de mais de 20 anos aqui na rede municipal, é professora, diretora, supervisora da rede municipal.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 43

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 38 DE 50

O William falou aqui de um projeto da Deputada Federal Luciene Cavalcante, do descongelamento dos nossos quinquênios, sexta-parte, um projeto que ela colocou debaixo do braço, já aprovou na Câmara dos Deputados, e está agora no Senado Federal. É uma vitória muito importante para o conjunto dos servidores públicos de todo o Brasil, que tiveram 583 dias retirados das suas vidas laborais. E, aí, o projeto está tramitando e quase já, daqui a pouco, vai à votação do Senado, e vai virar realidade. Ele é automático aqui para a gente ter o descongelamento dos nossos quinquênios, sexta-parte.

Mas eu não ia falar desse projeto não. Eu ia parabenizar a Deputada Federal Luciene Cavalcante por um outro projeto. Havia um projeto na Câmara dos Deputados, estava parado há muitos anos na Câmara dos Deputados, e ela pegou um projeto, pegou debaixo do braço, foi a relatora de um projeto que permite que os profissionais da educação façam uso da merenda, tenham direito à merenda escolar nas escolas municipais e estaduais. Porque, por incrível que pareça, no estado de São Paulo, na Prefeitura de São Paulo, os profissionais da educação são proibidos de ter acesso à merenda escolar. As escolas que, inclusive, se bobear, até o café, a água, o professor vai ter que levar da sua casa, porque ele é proibido, proibido, num orçamento de 136 bilhões de reais, ele é proibido de ter acesso à merenda escolar. E a Professora Deputada Luciene Cavalcante relatou com muita maestria esse projeto e conseguiu algo que é muito difícil na Câmara Federal, na Comissão de Finanças e Tributação, que é ter unanimidade. Esse projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão e agora vai para a Comissão de Constituição e Justiça.

Então quero parabenizá-la por esse grande projeto que atende não só a cidade de São Paulo, o estado de São Paulo, mas todo o país, o Brasil inteiro. E a gente tem experiências já de outros estados, de outros municípios que têm essa política pública implementada. Fortaleza é um dos casos. Se Fortaleza consegue, São Paulo também deveria conseguir e vai conseguir por conta do projeto.

Parabéns, Deputada Luciene Cavalcante, para quem passo a palavra.

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Obrigada, Vereador Celso Giannazi, na pessoa

de quem cumprimento toda a Mesa, todo mundo que está nos acompanhando nesta audiência tão importante. Eu não sei quem matou Odete Roitman, mas eu sei muito bem por que a gente ainda não tem uma escola de fato inclusiva, plural, democrática no nosso país.

É porque, no nosso país, a dominação da casa grande persiste. Ela não quer que a maioria da população tenha acesso a uma escola pública de qualidade, porque quem sabe mais, pode mais. É um processo de empoderamento. Então ela se utiliza de todos os seus recursos para impedir esse acesso.

E, obviamente, uma escola que garanta a inclusão de todas as pessoas que são público-alvo da educação especial vai ser uma educação mais democrática, mais autônoma, mais plural, mais antirracista, que vai combater o capacitismo, que vai combater o machismo. E isso é lutar contra todas as forças que estruturam a nossa sociedade. Então é por isso que é tão importante estarmos aqui hoje reunidos.

Quero dizer que essa causa de uma escola para todos e para cada um, dentro da sua singularidade, é uma causa que eu sou extremamente compactuada e intransigente nessa luta. Não tenho nenhuma dúvida de que o lugar de cada pessoa, de cada criança, de cada estudante, é a escola regular. É estar na escola, é estar no mundo. E que a gente precisa lutar, de uma forma muito corajosa, para todos os dias reafirmar esse princípio.

É um princípio para mim. Eu que estou na rede municipal desde o ano de 2000.

Em 2002, eu recebi o meu primeiro estudante público-alvo da Educação Especial, que era o Vinícius. E ele mudou a minha forma de ver, de sentir, de estar no mundo, de entender o que é a educação. Nessa época, eu já fazia faculdade de Pedagogia, e eu sofri muito para compreender, para entender o que significava a presença do Vinícius.

E como diz Paulo Freire, não há docência sem discência, não há ensinar sem aprender. E eu aprendi muito com o Vinícius. Então eu quero começar aqui a minha exposição sobre essa temática, compartilhando com vocês um relato que eu fiz sobre o Vinícius. Em 2002, eu era professora de educação infantil na EMEI Cel. José Canavo Filho, Jardim Carombé, na Brasilândia. Essa foi a minha primeira escola. Ali eu trabalhei por sete anos. Tinha dois anos de

rede municipal, estava no meu terceiro ano de graduação de Pedagogia.

Nesse ano, aconteceu um fato na minha carreira que marcaria para sempre meu estado de ser professora. Eu recebi o Vinícius, meu primeiro aluno com deficiência e público-alvo da educação especial. O Vinícius não se expressava oralmente, e quando se desorganizava, mordida suas mãos e batia sua cabeça contra a parede. Vinícius tinha sete anos. Era seu segundo ano na educação infantil.

Naquela época, avaliou-se que era melhor para o Vinícius permanecer mais um tempo na educação infantil antes de seguir para o ensino fundamental. Ele gostava de tomar café, comer goiabinha e pão com margarina. Eu permanecia com ele durante o período do lanche da turma. Ele gostava de cachorros. Ele gostava de cantigas de roda, de correr e de caminhar. Isso o acalmava.

Nosso primeiro desafio era fazê-lo compreender o espaço da sala como espaço seu de permanência, pois sempre corria para fora. Ficar com ele dentro de uma sala trancada não era uma opção para aquilo que eu acreditava. Nossa sala de atividade era de latinha. Tínhamos 35 crianças de cinco anos na turma e sete mesas quadradas na sala. Não era um ambiente educador para nenhuma criança. Não era possível brincarmos naquele espaço ou propormos atividades diferenciadas.

Então, partindo do objetivo estabelecido para o Vinícius de permanecer com o grupo, iniciamos o projeto Caminhão. O projeto Caminhão tinha como foco a reorganização dos espaços da sala em cantos de brincadeiras e aprendizagens para que as crianças pudessem ter experiências com autonomia e autoria. Com os cantos organizados, a partir do interesse das crianças, podíamos conviver e aprender uns com os outros. E eu tinha a possibilidade de ficar mais com o Vinícius e o conhecer melhor.

Como essa não era uma proposta da escola, todos os dias, por um ano, eu coloquei três mesas de sala para o lado de fora. E no final do dia, colocava todas de volta para dentro. Só assim era possível reorganizar os espaços de sala em cantos.

O Vinícius me ensinou o que significa resiliência.

Uma das etapas do projeto era uma saída cultural, uma exposição de brinquedos e brincadeiras que estava acontecendo no prédio da Secretaria Municipal de Educação. Foi nosso primeiro passeio juntos. Ele ficou 20 minutos na atividade com a turma. No restante do tempo, permaneci com ele andando pelas ruas da Borges Lagoa, contornando o prédio por uma hora. Isso o reorganizou. Com ele, aprendi a angústia do limite da nossa ação pedagógica.

Outra ação importante no nosso projeto foi uma aula-passeio que realizamos na casa do Vinícius. Com outras mães e com a turma, fomos caminhando até a sua casa. Vinícius morava a algumas quadras da escola. Lá, conhecemos como ele brincava e até cantamos os parabéns para ele. Com ele, aprendi como nossa ação pode ser transformadora e libertadora.

O Vinícius, ao final do ano, aprendeu a ficar com a turma e com seu grupo, e aprendi que a escola é feita de gente com toda a sua diversidade e singularidade. (Palmas)

Trago esse relato. Estou fazendo um relato, um recorte de uma experiência que vivemos em 2002; estamos em 2025 e seguimos lutando pelos mesmos princípios. Seguimos ouvindo, de pessoas que estão no centro de tomada do poder, de decisão, que está tudo bem, que as coisas estão melhorando. Acabamos de ouvir pessoas afirmando que está tudo bem. Não sei o que acontece com algumas pessoas que vão para esses lugares – como o lugar em que estou – de tomada, de poder de decisão. Não sei. Parece que há um corte com a realidade. Esquecem-se ou não têm coragem de enfrentar o que está acontecendo na realidade das escolas.

Seguimos com os mesmos problemas de 2002. Eu tinha uma turma de 35 crianças. Isso não é pedagógico, isso não é possível para ninguém, para ninguém, para ninguém. Deveriam ser, no máximo, 20 alunos por turma. Isso para qualquer proposta de educação séria de qualidade; mas não vemos um movimento nesse sentido. Não há uma proposta de política pública nesse sentido, nem escolas sendo construídas nesse sentido. Não há. É como se isso não fosse uma questão, o número de estudantes por turma.

Outro problema muito sério que persiste e resiste é a questão, obviamente, da rede de proteção interna. Quando se fala em um país como o nosso – o que é o Brasil, gente? O Brasil

é a nona economia do mundo. Produzimos riqueza à beça. Somos o nono país que mais produz riqueza. São Paulo é a cidade mais rica da América Latina inteira. Mas não conseguimos distribuir as riquezas.

As condições mínimas de dignidade e respeito não chegam às famílias da cidade de São Paulo. Não chegam. Não chegam. E como fortalecemos a rede interna? É óbvio que se deve diminuir alunos por turma, fazer formação contínua, haver profissionais concursados de carreira – os AVEs, que são apresentados como um *case* ou um sucesso, são pessoas subalternizadas, que recebem um pouco mais de um salário mínimo e que têm formação de ensino médio. São essas pessoas. Vocês acham que essas pessoas darão conta de trabalhar com a diversidade e os desafios que significam garantirmos educação para todo mundo? Não darão. Ou, então, pessoas que são estagiárias, que estão aprendendo a nossa função docente, o que é ser professor. Elas também não têm condições de fazer esse trabalho. Isso é uma mentira. Isso é um cinismo. Nem sei como essas pessoas dormem, por que compactuam com este Governo.

Tanto Tarcísio quanto Ricardo Nunes estão de costas para as pessoas com deficiência. Eles têm ódio das pessoas com deficiência. Tarcísio tentou acabar com a Secretaria das Pessoas com Deficiência em seu primeiro ato como Governador. Apenas não o fez porque existe movimento organizado e resistente no estado de São Paulo. O Ricardo Nunes faz o mínimo do mínimo. Não é verdade que há uma ampliação. As pessoas que falam isso não estão nas escolas. Não estão. Vai lá, passa um dia numa EMEF, vai lá para ver como é.

Em toda a minha carreira – toda – como professora, como diretora, como supervisora, as questões mais sensíveis de enfrentarmos são essas, isto é, como garantir que essas pessoas tenham acesso aos seus direitos dentro de um ambiente que não oferece, realmente, condições. A questão não é a formação, tampouco, simplesmente, porque a criança não está medicalizada. A questão é que as políticas públicas, da forma como estão organizadas, não funcionam. Estão formadas para garantir isso que estamos vendo aqui, que é o mínimo – é o mínimo – de acesso ao conhecimento dos nossos estudantes.

Falo isso porque, agora, depois de toda a minha trajetória como professora, como

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 43 DE 50

diretora, lutando muito pela causa da inclusão, estamos em outra fase: fazer o planejamento dos próximos dez anos da educação do nosso Brasil, que é o PNE.

O PNE não fala nada sobre número de alunos por sala. O PNE diminuiu o financiamento em educação na proposta apresentada agora, quarta-feira; estamos na sexta-feira.

O PNE, William – veja que interessante – fala que as escolas precisam estar adaptadas às mudanças climáticas. Óbvio, é uma emergência, é necessário; mas as escolas não estão sequer preparadas para as pessoas em sua diversidade. E não há meta ou prazo nem para isso.

Então como se dá esse jogo na prática? A cidade mais rica do Brasil não tem nem adaptação física – nem adaptação física – para atender os seus estudantes.

- Manifestação do público

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Tratamento acústico. Imaginem tratamento acústico, gente, nas EMEFs. Por favor, isso é para quem nunca trabalhou em uma EMEF. Nunca, porque qualquer um que já tenha trabalhado numa EMEF sabe o que significa estar na EMEF.

Então esse meu depoimento é emocionado porque sou muito envolvida com essa causa. Trabalhamos intensamente para que o MEC não validasse o Parecer 50. Trabalhamos e não foi validado. Trabalhamos diuturnamente para parar esse discurso capacitista de que haverá uma solução fácil para uma forma estruturante de opressão: machismo, racismo, capacitismo.

- Manifestação do público

A SRA. LUCIENE CAVALCANTE – Sim, a psicofobia, a transfobia, todas são formas de exclusão. Isso estrutura não só as políticas públicas, mas estrutura o pensamento do senso comum da sociedade, como as pessoas se relacionam com o mundo e com o outro. É contra tudo isso que estamos lutando, porque incluir de verdade significa transformar essas estruturas. E é uma estrutura...sabe por que eles não fazem? Porque não é uma estrutura que apenas beneficiará as pessoas público-alvo da Educação Especial. Uma cidade, uma escola que inclui a todos, beneficia todo mundo, assim como quando uma mulher preta se movimenta,

movimentando toda a sociedade. Assim como quando há essas mudanças de parâmetros de opressão, isso move toda a estrutura da sociedade.

Infelizmente, vivemos sob governos que não querem essa estrutura e, por isso, hoje, há a Resolução nº 129, que diz que não precisamos de professores com formação; precisamos de uma pessoa com ensino médio, que terá um curso de oito horas. É essa pessoa quem fará a Educação Especial, que é feita com o condão do sistema judiciário, porque – veja – não chegamos em um ponto de exclusão social como o que vivemos no nosso país sem impacto das forças de poder.

Darei outro exemplo muito mais fácil de entender. Está prestes a ser votado em segunda votação o aumento do IPTU, que penalizará a periferia. Vocês viram as redes e canais de comunicação de massa falando sobre esse assunto? Ninguém fala, porque é o Ricardo Nunes, que representa um setor do poder. E penalizará você que está nos acompanhando.

Lembro, por exemplo, de um caso de um aluno meu em que lutamos muito para que ele tivesse o transporte especial, porque nem isso ele tinha. E conseguimos. Aí, o que aconteceu com o transporte especial dele? Ele morava dentro de uma comunidade em que a rua não era asfaltada e o transporte não conseguia chegar na casa dele.

Então, quando falamos que a questão da Educação Especial, a questão da inclusão, é uma política que precisa ter como princípio a interseccionalidade das políticas, é porque, de fato, se todas as políticas não estão coordenadas, ligadas, ele não consegue acessar o direito, porque depende da política de moradia, de infraestrutura, de transporte público, senão não consegue acessar. A escola precisa estar adequada, mas não é só escola; é todo o sistema. E é contra esse sistema de opressão que esta audiência pública se levanta e faz um debate muito importante.

Quero lembrar que este Governo Ricardo Nunes, que é um governo autoritário, fascista, que retirou diretores das escolas sem o devido processo legal – não sei como há servidor público trabalhando neste governo, não sei nem como dormem. Eu teria vergonha, porque tenho vergonha na minha cara. Tenho vergonha na minha cara. Ele deixou o NAAPA e o

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 45 DE 50

CEFAI meses – estou falando meses – sem verba de locomoção. Não podia sair da DRE, não havia como atender as escolas. Nossa, que novidade. Ele deixou, isso aconteceu.

Estou dando só um exemplo do descaso e do desprezo com que a SME trata e sempre tratou a política de inclusão. Só resistimos, como sempre resistimos, porque há, nas escolas, pessoas compromissadas, assim como o Gersio, que fez o depoimento dele; assim como muitos professores, professoras, diretoras de escola, coordenadores e famílias, que fazem um trabalho de contracultura e de resistência e que não aceitam e que vão em frente.

A única vez que consegui reduzir – e consegui reduzir – o número de estudantes por turma, em que coloquei 20 estudantes por turma, foi porque tivemos que fazer uma batalha judicial e conseguimos com que a juíza autorizasse que a turma do Fábio, um estudante com várias questões, tivesse 20 alunos.

Quando o William – com isso, já vou terminando – fala da atenção e do cuidado, que temos que estar em alerta acerca da política de medicalizar as pessoas e que isso é um controle dos corpos e das mentes que sempre existiu para aquele que é neurodiverso, houve uma vez em que esse meu estudante – trabalhamos muito para que ele pudesse frequentar a escola regular no Ensino Fundamental II, pudesse concluir, se formar – teve um episódio de desorganização na casa dele. Foi levado e internado no Hospital de Saboya. Quando fui visitá-lo, ele estava amarrado – braços, pernas, tronco – e ficou dias amarrado. Quando cheguei para visitá-lo, já era o terceiro dia de internação.

A mãe dele me preparou, porque, obviamente, eu não estava preparada para aquela cena e me contou. No dia seguinte, pedi uma audiência com a juíza que acompanhava o caso dele e intimei todo o sistema de médicos responsáveis pelo cuidado desse meu aluno que lá era paciente. Porque fazemos todo um trabalho, na educação, de mediação, de acolhimento, e não dá para a resposta da medicina, quando há um processo de desorganização – que acontece também dentro das escolas – ser um processo de contenção mecânica.

Assim como temos lutado para avançar nas nossas práticas, na nossa didática, no nosso meio para que ele não potencialize essas crises, a saúde precisa avançar também. Foi

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 46 DE 50

uma audiência muito tensa, em que cobramos respeito, dignidade e, sobretudo, que os hospitais cumprissem a legislação, a Constituição e os acordos internacionais de que o Brasil é signatário.

É muito fácil, quando estamos em uma situação de desorganização...isso acontece não só com as pessoas público-alvo de inclusão. Sabemos que a escola, hoje, é palco e está aberta a várias cenas de...porque tudo o que acontece na sociedade está na escola. A escola não está à parte da sociedade. Então essas cenas e esses momentos de tensão acontecem e o nosso dever é ter uma didática acolhedora, emancipadora, que cobra, sim, responsabilidades, mas que entende que o princípio humanístico, o princípio da dignidade das pessoas – de todas as pessoas, seja dos estudantes, seja dos profissionais – precisa ser preservado.

Quero dizer que toda vez que há a violação de direitos dos estudantes, isso também acontece com seus profissionais. Estamos conectados. Por isso a nossa luta é uma luta irmã em defesa de uma outra sociedade.

Então contem com nosso Coletivo Educação em Primeiro Lugar, contem com a nossa força no Congresso Nacional. Estamos lutando diuturnamente em defesa da inclusão de uma escola plural, diversa, assim como a batalhamos para ter a primeira mulher negra como Ministra do Supremo Tribunal Federal. Apresentei essa PEC justamente porque a diversidade e a pluralidade são essenciais para a democracia. Não existe democracia sem a representatividade de todos, sem a garantia do acesso de todos, sem o reconhecimento dos sistemas históricos de opressão e de exclusão e, claro, sem o enfrentamento com políticas sérias, decentes, reais das desigualdades que enfrentamos no nosso cotidiano.

Obrigada e um abraço fraterno a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Deputada Federal Professora Luciene Cavalcante. Tamanha sensibilidade que vimos de quem conhece a realidade. Como diz o Frei Betto em sua frase é: “A cabeça pensa, o coração sente onde os pés pisam”, a Deputada Luciene Cavalcante pisou, e pisa, o chão da escola, portanto, sabe a realidade da escola, tem essa sensibilidade e traz esses relatos e essa contribuição. Isso é muito importante.

Tenho certeza de que com tudo o que ela viu e ouviu nesta audiência, os relatos

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 47 DE 50

feitos, as dificuldades e as angústias demonstradas, ela levará para agregar e implementar no Plano Nacional de Educação, pois essas medidas são da política escolar inclusiva, e, depois que venha também para o município, por meio do Plano Municipal de Educação.

E não adianta, afinal, foi falado sobre o Centro TEA, e o Prefeito Ricardo Nunes inaugurou um grande Centro TEA, um espaço muito bonito. Não estive lá ainda presencialmente, mas parece que é bem bonito, para o qual foram gastos milhões, mas esse centro, sozinho não resolve problemas das nossas escolas da rede municipal. Ele é só um centro especializado, mas que não dialoga com a realidade das nossas escolas municipais. E, além disso, ainda é terceirizado. E isso o Gersio expôs muito bem: é terceirizado. Então é só de fachada, é um centro para dar mídia, é um negócio que não resolve a política pública de inclusão.

Gostaria de dizer, só complementando, já te passo a palavra, William, aliás, dissemos desde o início, se temos dados do INEP e também dados do Instituto Rodrigo Mendes demonstrando que as matrículas da educação especial aumentaram, de 2018 a 2023, quase 50%, repito quase 50%, dados esses que entendemos como oficiais, então, não é possível que a Prefeitura de São Paulo não disponha desses números e não os tenha acompanhado, afinal são crianças com deficiências que chegaram à rede municipal. Não é possível que deixaram de observar esses números e, com isso, contratarem mais AVEs, mais estagiários, incrementando a rede de apoio e tudo o mais.

Portanto, falta, sim, vontade política. Falta, sim, interesse político em enfrentar essa situação grave que mencionei no início da nossa audiência. É um dos pontos mais graves da nossa rede municipal. Falta coragem política para dar respostas a isso, porque estamos vendo todos que vão às escolas. Conhecemos escolas municipais, percebemos que em todas as salas de aula há várias crianças com deficiência. Várias, várias e várias. E esse número está aí, os dados não mentem.

Se temos os dados e eles são públicos, então o Prefeito de São Paulo deveria direcionar o orçamento da cidade para uma política tão necessária. Inclusive uma política que atende um princípio que é o da dignidade humana e isso o Prefeito Ricardo Nunes não respeita,

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 48 DE 50

não entende e não quer realizar.

Esse fato é muito grave e pretendemos sair, desta audiência, com várias ações que sejam implementadas. Queremos fazer justiça com as diversas falas que ouvimos, fazer valer uma educação inclusiva na cidade de São Paulo.

William, você queria falar? (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - William, peço que fale ao microfone, por favor. Se não, quem nos acompanha de forma *on-line* não te ouve. Você tem uma voz forte, aguda, só que eles não conseguem te ouvir do outro lado.

O SR. WILLIAM DE JESUS SILVA – Sim, me ouvem? (Pausa) É a respeito do centro TEA, que o Celso falou. O próprio processo de licitação para a gestão do Centro TEA gera algumas dúvidas. Por quê? Entre os concorrentes estava uma organização ligada a uma pessoa da base de apoio do Prefeito Ricardo Nunes, daqui, da Câmara Municipal. E o nome dessa pessoa não darei, porque isso teria de ser investigado pelo Ministério Público e pela Justiça.

O processo de licitação já foi meio estranho porque, no fim, acabou favorecendo, quer dizer, acabou ganhando essa organização ligada a uma pessoa da base do Prefeito Ricardo Nunes. Considero importante ficarmos atentos com relação também à transparência na gestão dos aparelhos públicos.

E ficarmos atentos principalmente na parte da educação, pois estamos diante desse quadro de transferência da gestão pública de algumas escolas para a iniciativa privada. O Sr. Prefeito faz isso. O Governador Tarcísio também está fazendo isso no estado. Encaro como um perigo porque, além disso, na terceirização há possibilidade de serem facilitados os casos de corrupção, podem haver problemas internamente porque os trabalhadores ficarão vulneráveis, uma vez que a sobrecarga de trabalho, e até mesmo assédio moral.

Mais do que tudo isso: a qualidade decaiu. Quer dizer, em nome de uma pseudoeconomia, sendo que muitos dos que a defendem, acabam usando a Lei de Responsabilidade Fiscal como justificativa, ou seja, acaba sendo uma alegação polida para

REUNIÃO: 21451 DATA: 17/10/2025 FL: 49 DE 50

tentar conseguir apoio da opinião pública, e, claro, não citam esses detalhes.

E digo mais. O Centro TEA Paulista que o Tarcísio inaugurou, sabem como ele fez isso? Expulsando centenas de pessoas cegas, lá do Humaitá. Mandaram eles para Rede Lucy Montoro, na Lapa. Acontece que a Rede Lucy Montoro não oferece todos os serviços que eles recebiam Humaitá. Então tem muita contradição nisso.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) - Está ótimo. William, obrigado. Vamos proceder ao encerramento da audiência, agradecendo a presença de todos, seja pessoalmente, na Casa, seja de forma *on-line*.

Agradeço às entidades sindicais, à Letícia, à Renata das entidades sindicais, à Deputada Federal Luciene Cavalcante, ao Deputado Estadual Carlos Giannazi, todas as professoras e professores, mães, responsáveis, alunos, pessoas que se fizeram presentes também na forma *on-line*.

Tenho certeza que este assunto é não é fácil. Aliás, é muito sério, pois é grave o que está acontecendo na rede municipal. Esta audiência pública é uma das tantas que pretendemos realizar, faremos outras, porque é uma política que precisa de enfrentamento, de discussão e de um diagnóstico que acompanhem sempre, especialmente por causa do número de matrículas que estão acontecendo e do número de profissionais que não estão sendo contratados à rede de apoio. Portanto, vamos nos debruçar sobre o sistema.

Repito que esta é uma das primeiras audiências que faremos, pois vamos agendar outras, trazendo mais dados e também especialistas, para entender também porque está aumentando muito o número de crianças com deficiência na rede municipal.

Antes de encerrar... quero dizer: por fim, me permitam - até acabei me esquecendo porque, recebemos inúmeros relatos, são muitos mesmo -, quando vamos às escolas municipais ouvimos também dos pais e mães ou responsáveis que, ao procurarem uma escola estadual, ao requererem uma vaga para seu filho que possui alguma deficiência, lá, na escola estadual, eles reencaminham a família para o município, dizendo o seguinte: "Olha, procura a rede municipal, porque nós não temos condições, não temos acessibilidade".

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 55

REUNIÃO: **21451** DATA: **17/10/2025** FL: **50** DE 50

Vejam vocês, a resposta oficial do estado, uma escola estadual, pertencente ao Governo estadual, encaminhando a família, mandando-a para o município, argumentando que não tem vaga porque não tem condições, não tem estrutura, não tem acessibilidade para as crianças. É um absurdo esse fato oriundo de um estado tão rico como o estado de São Paulo. Ao mesmo tempo, chega na cidade de São Paulo, que é igualmente muito rica, e também não cumpre seu papel.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública. Muito obrigado a todos e também à assessoria da Comissão.